

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 19, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1993.

Aos dezesseis dias do mês de junho, do ano de mil novecentos e noventa e três, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo, em sua Sede, sob a presidência do vereador Roque Danilo Exner, estando ainda presentes os seguintes edis: José Führ, Agenor Eloir Schmidt, Francisco Exner, João Adelmo Welter, Mauro Moacir Diefenbach Carlos Henrique Schaeffer, Renato José Schneider e Arlindo Vogel. O Presidente declarou aberta a Reunião e solicitou, de imediato, ao Secretário da Mesa Diretora, vereador Renato José Schneider, a procedência da leitura da Ata da Reunião anterior. Colocada em discussão, o vereador Arlindo Vogel fez a observação de que não constava na mesma o dito por ele na Reunião do dia nove(9) de junho, do ano em curso, referente a continuidade da perfuração de poços quando esses não trazem água suficiente. Portanto faço saber nessa que o vereador Arlindo Vogel na Reunião do dia nove (9) de julho, disse que quando um poço estava perfurado, teria que ser feito logo o teste para se saber qual a capacidade de vazão de água do mesmo. Para que se no caso ele não trazer água o suficiente, seja dada continuidade a perfuração. Citou como exemplo o poço localizado na entrada da Sede, onde até já estava instalado o reservatório e que o referido só tinha capacidade para fornecer água abaixo da metade do mínimo exigido. Que era fato lamentável, pois que tinha sido furado até se obter certa quantidade de água e que então a máquina foi embora sem que tenha sido feito o teste. Após essa ressalva, a Ata foi aprovada por unanimidade.

ORDEM DO DIA - Como não havia correspondência para ser lida foi dado logo início a votação dos seguintes Projetos: Projeto de Lei Nº42/93, que concede reajuste salarial aos servidores municipais, e dá outras providências. O relator do Projeto vereador Mauro Moacir Diefenbach a princípio havia pedido vistas do mesmo. Sendo dito pelo vereador José Führ que a próxima reunião seria a última do mês e que o vereador relator do Projeto tinha oito (8) dias para tentar conseguir um aumento maior. O vereador Mauro M. Diefenbach sugeriu que então fosse feita uma reunião extraordinária e que o dinheiro recebido por essa fosse distribuído entre professores e funcionários da Prefeitura. Estando todos contra o fato da realização de uma sessão extraordinária. O vereador Francisco Exner, disse que no início da Legislatura havia sido comentado que seriam evitadas ao máximo as reuniões extraordinárias e que o Prefeito não iria gostar disso. O vereador Mauro M. Diefenbach falou então que daria seu parecer nessa reunião, que era a favor do Projeto, mas sob protesto. E que a Prefeitura era uma coisa e a Câmara outra. Que o salário estava defasado e que ficava dois e meio por cento (2,5) atrás da inflação. E que por causa de salários a Prefeitura não iria mal. O vereador Renato José Schneider disse que era a favor do referido Projeto, mas que se teria que pleitear um aumento maior para o próximo mês. O vereador Arlindo Vogel disse que em janeiro não havia sido concedido aumento salarial ao funcionalismo, e que cada mês os reajustes ficavam abaixo dos índices da inflação. E que quando o Executivo pretendia recuperar as perdas. Comentou ainda, que admirava as atitudes do Prefeito já que o mesmo durante a campanha política havia dito que colocaria em primeiro plano a educação, mas que agora isso não estava acontecendo. Que cada mês estava sendo prometido que seria dado um aumento acima dos índices da inflação, mas que acontecia sempre o contrário. O vereador Mauro M. Diefenbach novamente comentou que a Prefeitura era uma coisa e que a Câmara era outra. E que, o fato do Prefeito ficar chateado não interessava a ele e que mesmo sendo do mesmo partido o criticaria, pois queria algo certo. O vereador Arlindo Vogel comentou que conversou com funcionários públicos de Ivoti, e que eles receberam um reajuste de trinta e cinco por cento (35) e que ainda acharam pouco. Ficando admirados com o fato de o funcionalismo desse município só ter recebido trinta por cento (30). Dando seu parecer favorável ao projeto, mas sob protesto. O vereador José Führ falou que no início foram 7 aprovados os níveis salariais das categorias de uma forma muito desparelha. Que não era contra aqueles que recebiam um bom salário, mas que aqueles que recebem muito pouco também deveriam receber a devida remuneração. O vereador Mauro M. Diefenbach comentou que os vereadores eram muito inexperientes de início. O vereador Arlindo Vogel disse que no início os Projetos sempre eram enviados à essa Casa pedindo urgência para a sua votação. E que até votou contra certos Projetos por causa disso, pois que essa urgência não permitia um estudo dos mesmos. O vereador Agenor E Schmidt disse que o Prefeito havia falado para ele que o Governo poderia a qualquer momento cortar o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) desse Município, por causa do processo de emancipação que ainda tinha algo pendente. Sendo dito então pelo vereador Arlindo Vogel que se o FPM fosse cortado se fechariam as portas da Prefeitura. O vereador Agenor E. Schmidt, discordou, dizendo que com o FPM a Prefeitura havia feito a reforma do prédio no qual está

instalada, que fora também com verba do FPM comprado o computador, a Pampa, o combustível das máquinas e a folha de pagamento era também paga com esse dinheiro. O vereador Arlindo Vogel ainda disse que para ele não era argumento o fato da possibilidade de corte do FPM, para não dar os devidos aumentos. Sendo por último ainda comentado pelo vereador Francisco Exner que o vereador Mauro M. Diefenbach tinha oito (8) dias para tentar conseguir junto ao Executivo um reajuste maior e que quando disse que o Prefeito não iria gostar, ele se havia referido ao fato da realização de reunião extraordinária. Após essas discussões o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade em primeira votação. Projeto de Lei N° 43/93, que institui o programa de apoio ao pequeno e médio produtor rural para o exercício de 1993, e dá outras providências. O relator do Projeto, vereador Francisco Exner em seu parecer se manifestou favorável ao mesmo, explicando aos colegas que esse tipo de serviço já era prestado pelo Município de Ivoti aos colonos. Que o valor estipulado atualmente por hora de serviço prestado era de Cz\$ 600.000,00 (Seiscentos Mil Cruzeiros), sendo que a Prefeitura pagaria a metade e o resto o favorecido. Que havia sido feito uma média das horas de serviço prestadas por Ivoti e que se havia chegado ao número de dez (10). Sendo então usado esse número para estipular o limite de horas por agricultor que a Prefeitura iria ajudar a pagar. Quem fosse passar desse limite teria que pagar cem por cento (100%) do custo do serviço. E em referência ao Artigo sexto (Art.62) o vereador Francisco Exner, explicou, que pelo mesmo o Executivo ficava autorizado a cancelar esse serviço quando fosse necessário. Que por exemplo se fosse cortado o Fundo de participação desse Município não haveriam mais condições de a Prefeitura continuar ajudando. Os vereadores Mauro M. Diefenbach e Carlos H. Schaeffer apresentaram a proposta de ser reduzido o número de horas por agricultor, passando-o para cinco (5). Sendo rejeitada a mesma por unanimidade. O vereador Renato J. Schneider disse que era a favor de dez (10) horas de serviços prestados por agricultor, mas que fosse feita uma boa programação. O vereador Arlindo Vogel disse que em Presidente Lucena não tinha sessenta e cinco (65) agricultores que precisariam do trator por dez (10) horas, portanto muito mais proprietários seriam favorecidos. Como não havia prazo para pagamento dos serviços prestados, o vereador Arlindo Vogel apresentou uma emenda estipulando o prazo de trinta dias(30) para o pagamento dos serviços prestados. Sendo aprovada a mesma por unanimidade. O vereador Francisco Exner, ainda disse que o proprietário do trator, que fosse prestar o serviço teria que ter microempresa registrada. Ainda em relação ao Projeto, o vereador Agenor E. Schmidt apresentou a emenda pela qual, o agricultor que quisesse ser favorecido com o serviço deverá apresentar talão de produtor no ato da inscrição. O vereador Arlindo Vogel perguntou se viesse um colono com talão antigo, de, por exemplo, dez (10), anos atrás. Sendo comentado pelos demais vereadores que teria que ser talão recente. O vereador Arlindo Vogel ainda disse que talvez se poderia prejudicar pessoas que não possuíam talão. Mas foi comentado que todos os agricultores deveriam ter talão e que, portanto não teria problema. Após esses comentários e emendas o Projeto foi aprovado por unanimidade, em primeira votação. Projeto de Resolução N° 06/93, que concede aumento salarial ao Assessor Legislativo. Colocado em votação foi o mesmo aprova do por unanimidade em primeira votação, sendo somente feita pelo vereador Mauro M. Diefenbach a observação de que o aumento deveria ser maior.

EXPOSIÇÕES PESSOAIS - O vereador Arlindo Vogel aproveitou o instante para pedir que fosse enviada correspondência ao Foder Executivo, solicitando O seguinte: a)Correção da quilometragem da placa que indica a distância entre a localidade de Picada Schneider e a Sede, e que fosse recolocado o nome do patrocinador da mesma, já que havia passado a constar outro no me a partir da reforma da referida. Informou ainda o vereador que a placa esta localizada perto de seu armazém, no entroncamento da rua que vai para a localidade com a que atravessa a mesma, b)Receita e despesa do Município referente ao mês de maio, e o percentual gasto com a educação. Ainda o vereador Arlindo Vogel pediu que fosse enviada correspondência ao Secretário da Saúde comunicando que os municípios deveriam organizar seus Conselhos de Saúde num prazo de trinta (30) dias e que o Secretário entrasse em contato com os órgãos de competência para se informar certo sobre a questão a fim de evitar que o Município seja prejudicado. O vereador José Führ no momento agradeceu a presença da professora de Picada Schneider. O vereador Agenor E. Schmidt convidou os vereadores para estarem presentes na Festa de são João da Escola Governador Roberto Oliveira, que se realizaria no sábado dia dezenove (19) de junho. Pediu também, ainda, que fosse enviada correspondência ao Prefeito agradecendo pela instalação da rede de iluminação pública defronte a Escola Governador Roberto Silveira. E agradeceu ao jornalista por esse não per publica do o fato do bêbado que interrompera a sessão do dia nove(9) de junho do amo em curso. O vereador Francisco Exner na oportunidade pediu que fosse enviada

correspondência ao Poder Executivo, solicitando o alargamento da rua Presidente Lucena, defronte a casa dos Srs. Ademir Stoffel e Frederico Bervian. O vereador Mauro M. Diefenbach no instante pediu que fosse enviada correspondência ao Poder Executivo solicitando a relação das pessoas que ainda estavam com dívida ativa referente ao calçamento da Rua Presidente Lucena. E ainda comunicou que ele e o vereador Carlos H. Scheffer tiveram uma audiência com o Assessor Particular do Governador Collares, Sr. Ari Mora e que esse lhes havia comunicado que o governo estava disposto a liberar verbas para a construção de módulos para a Brigada Militar, contanto que a Prefeitura cedesse o terreno. E pediram que fosse dado conhecimento disso ao Prefeito. Como os vereadores do PDT teriam uma Reunião do partido na quarta-feira dia vinte e três (23) de junho, do corrente ano, foi decidido antecipar a reunião da Câmara para o dia vinte e dois (22) de junho do presente ano. Mas como vereador disse ter compromisso a noite desse dia, foi apresentada a proposta de se iniciar a reunião às dezoito horas. Colocada em votação foi a mesma aprovada por unanimidade. O vereador Mauro M. Diefenbach ainda comentou que poderia se convidar todos os filiados ao Partido para participarem dessa reunião do partido no dia vinte e três (23). Como mais nada houvesse para ser deliberado, o Presidente declarou encerrada a Reunião, marcando a seguinte em caráter ordinário, para o dia vinte e dois (22) de julho do ano em curso, no mesmo local, às dezoito horas. E, para constar, Cesar Alberto Karling, Assessor Legislativo, elaborou a presente Ata, a qual, após lida e aprovada será subscrita pelo Presidente e Secretário da Mesa Diretora.